

Superior Tribunal de Justiça

RCD no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.384 - MG (2019/0289393-3)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
REQUERENTE : E F M DE S (PRESO)
ADVOGADOS : BRUNO CESAR GONCALVES DA SILVA - MG083123
ULISSES MOURA DALLE - MG140897
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão que indeferiu a liminar, sob o argumento de que pleiteou apenas a suspensão da expedição de carta precatória, e não da ação penal.

É o breve relatório.

Não há como se reconsiderar a decisão indeferitória.

Isso porque a defesa não apresentou novos argumentos aptos a modificar o que foi decidido, sendo prudente a análise minuciosa das alegações apresentadas no bojo do recurso ordinário em *habeas corpus*, a ser confrontada com o que foi decidido pelo Tribunal de origem, para que as teses lançadas sejam melhor discutidas quando da apreciação e do julgamento do mérito do remédio constitucional pelo colegiado, juiz natural da causa.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e de recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão a sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorreu *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se** o pedido de reconsideração.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator